

Brasília, 22 de dezembro de 2021

RELATÓRIO DA PLENÁRIA NACIONAL VIRTUAL DA FASUBRA 16 E 17 DE DEZEMBRO

A Plenária Nacional Virtual da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições Federais de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA Sindical) foi realizada no dia 16 das 09h às 18h e no dia 17 das 14h às 19h, pela plataforma Zoom. Pauta: análise de conjuntura nacional e internacional (PEC 23 e 32, avaliação das propostas de retorno ao trabalho presencial pelas reitorias e Decreto 10620; Referendar as substituições na Direção Nacional, em conformidade com o estabelecido nos artigos 65 e 66, seus incisos e parágrafos do Estatuto; Apresentar a prestação de contas do ano de 2019 realizadas pelo Conselho Fiscal; CONFASUBRA; Calendário; Encaminhamentos. A plenária contou com a participação de 29 entidades, no total de 129 delegadas e delegados credenciadas/os, entre os quais 56 mulheres e 73 homens, tendo início às 9h do dia 16, com os informes da Direção Nacional. Em seguida foi consultada a plenária sobre a inversão de pauta. A proposta apresentada e aprovada para que se debate as prestações de contas do Conselho Fiscal do ano de 2019. A prestação de contas foi apresentada pelo Conselheiro João Daniel e posteriormente aberta ao plenário para que fossem sanadas as dúvidas dos delegados e delegadas, em seguida colocada para avaliação e votação em plenário. As contas de 2019 foram aprovadas pela plenária, seguiu-se o debate sobre a conjuntura nacional e internacional (PEC 32 -Reforma Administrativa e 23 Precatórios avaliação das propostas de Retorno ao trabalho presencial pelas reitorias e Decreto 10620); os informes de base foram solicitados para serem encaminhados por escrito. A plenária foi suspensa para almoço às 12:30h e retornou às 14:30h e encerrou o primeiro dia às 17h30. No segundo dia, antes da retomada do debate da conjuntura, foram apresentadas pela coordenação da mesa da plenária, as substituições na Direção da FASUBRA. Pela Frente Sonhar Lutar, foi feita a substituição permanente da Coordenadora de Mulheres, Mariana de Oliveira Lopes Barbosa, pela suplente a Coordenadora Naara Siqueira de Aragão, que ocupará a vaga de Titular na direção. Na chapa UNIR, será substituído de forma permanente o coordenador Fernando Roberto Maranhão de Araújo pela suplente da chapa Cláudia Nardin; na chapa 1, em 29 de novembro de 2019, saída permanente de José Rebouças, substituído por Paulo de Tarso Aragão. Em 06 de fevereiro de 2020, saída permanente de Sadi Herculano, substituído por Felipe César Torres de Aquino. Também foram substituídos temporariamente, em 06 de fevereiro de 2020, Maria Zila da Silva Camarão substituída por Izabel Cristina Firmino. Na chapa da CTB a companheira suplente Luciene Mafra de Vasconcelos será substituída de forma permanente por Iolanda Pereira Santana e Ademar Sena de Carvalho será substituído por Francisco Viana do Nascimento. As substituições foram informadas, encaminhadas para votação em plenário e aprovadas. Após esse ponto foi dada sequência ao debate da conjuntura, com a leitura e votação das propostas apresentadas. (Abaixo o conjunto de propostas e moções apresentadas, votadas e aprovadas na plenária). Após os encaminhamentos da conjuntura foi aberto o ponto do CONFASUBRA. Foram apresentadas duas propostas de data para a realização do congresso: maio e junho. Após o debate, foram abertas duas defesas para cada e em não havendo consenso nas propostas a coordenação da mesa da plenária encaminhou a votação. Sendo aprovada a realização CONFASUBRA para o mês de maio de 2022.



Encerradas todas as votações a coordenação da mesa encaminhou o final da plenária, às 19h30, fazendo a saudação em comemoração aos 43 anos de FASUBRA Sindical.

PROPOSTAS APROVADAS NA PLENÁRIA NACIONAL VIRUTAL

(16 e 17 DE DEZEMBRO DE 2021)

CONJUNTURA

- 1. Cobrar dos poderes Executivos e Legislativos medidas urgentes contra a fome e o arrocho e em defesa dos serviços públicos.
- 2. Por um programa econômico e social da classe trabalhadora, que comece pela taxação das grandes fortunas e pelo não pagamento da dívida aos banqueiros, para garantir recursos para investir em educação, saúde, órgãos ambientais, empresas estatais, como Correios e Petrobras, e garantir auxílio emergencial, recurso para as pautas feministas, negras e LGBTQIA+; por reajuste de salário, redução dos preços dos alimentos, gás, luz e gasolina; por reforma agrária sob controle dos sem-terra e demarcação das terras indígenas e quilombolas.

CONFASUBRA

A Plenária Nacional da FASUBRA deliberou pela realização do CONFASUBRA no mês de maio.

A Plenária Nacional da FASUBRA delibera que o temário do CONFASUBRA terá no mínimo os seguintes pontos:

- Conjuntura
- Plano de lutas
- Alteração estatutária
- Ataques a categoria: HUs, carreira, aposentados, etc.
- Eleição da DN e CF.

AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO

- A Plenária Nacional da FASUBRA reafirma fortalecer os atos pelo 'Fora Bolsonaro e Mourão', inclusive atos nas periferias;
- Manutenção da Luta contra PEC 32;
- Ampliar a mobilização da categoria em atos presenciais, mantendo todas as medidas de segurança sanitária, no ano de 2022 nos municípios, estados e Distrito Federal;
- Incentivar a construção de Fóruns dos Trabalhadores das 3 esferas e celetistas, nos estados e municípios, similar ao FONASEFE;



- Manter a mobilização de rua contra Bolsonaro, pelo fim deste governo genocida, criminoso e fascista!;
- Reforço das campanhas contra a Reforma Administrativa e ao Decreto 10.620 (mudança do regime de aposentadoria dos servidores);
- Manter a mobilização pela auditoria cidadã da Dívida Pública;
- Saudar e fortalecer as iniciativas de luta popular antifascista com os protestos Povo na Rua nas Periferias;
- Reforço às vigílias em BSB;
- Reforço à Campanha Nacional contra a PEC, nos moldes que tem sido hj feita muito pelos sindicatos de base, além de elaboração e veiculação de spots de rádio, com custos rateados entre as entidades, a ser veiculada em rádios comunitárias, rádios web, podcast, plataformas de áudio e similares;
- Defesa de Ações de Solidariedade de Classe dos Sindicatos na base com a população em geral;
- A FASUBRA defende que os Hospitais Universitários são parte indissociável das universidades, com perfil público, 100% SUS e regido pelo tripé ensino, pesquisa e extensão. Neste sentido, a FASUBRA é contra a administração pela EBSERH ou qualquer outra forma de precarização como OS, contratos sociais ou quaisquer mecanismos que desvinculam a administração dos hospitais das universidades;
- Que dia 24 de janeiro, seja chamado os aposentados para atividades públicas de rua contra a gestão INSS sobre nossos aposentados;
- Iniciar a preparação do 8 de março, estimulando que as mulheres se organizem para um novo tsunami nas ruas;
- Intensificar as mobilizações nas ruas contra o governo, contra o genocídio, contra a destruição dos direitos que estamos vendo no país;
- Dar continuidade no processo de mobilização contra a PEC 32;
- Construir um calendário conjunto com o FONASEFE e Centrais em 2022;
- Manter a campanha virtual fora BOLSONARO e Mourão;
- Mobilizar a categoria para a luta pela aprovação do PL do piso da enfermagem e a jornada de 30 horas vinculada ao piso;
- CAMPANHA SALARIAL
- FASUBRA iniciar campanha pelo reajuste salarial real;
- Retomada da Campanha Salarial e Data-base em 2022;



- A próxima Plenária tenha como pauta conjuntura e a campanha salarial e seja presencial;
- Campanha salarial unificada, para repor as perdas salariais com a alta da inflação;
- Articular lançamento da campanha salarial do funcionalismo que combine com a luta contra a PEC 32 e fora Bolsonaro. Uma plenária unificada FONASEFE presencial até fevereiro;
- Em fevereiro lançamento da campanha salarial e realização de plenária nacional da FASUBRA no mês de março;
- Organizar a campanha de mobilização da FASUBRA que inclua a campanha salarial para 2022;

COMBATE A PANDEMIA/RETORNO PRESENCIAL

Defendemos que se o próximo semestre letivo for presencial se dê com protocolos de segurança sanitária dentre os quais:

- passaporte vacinal;
- retorno seja com 6h presencial, dois turnos para não termos que almoçar no trabalho e reduzir aglomeração das salas de trabalho e laboratórios;
- sem ponto eletrônico, visto que é um potencial contaminante;
- medidas de monitoramento da saúde dos trabalhadores e estudantes;
- defesa pela FASUBRA de teste amostrais periódicos para identificar assintomáticos de Covid;
- Não-retorno dos trabalhadores com mais de 60 anos, gestantes e portadores de comorbidades e que a autodeclaração seja respeitada.
- Condições sanitárias mínimas de trabalho;
- fornecimento de máscaras PFF2, distribuição de álcool em gel individual e face Shields;
- testagem para todos os suspeitos e de forma amostral para identificar assintomáticos;
- que toda carga horária presencial seja justificada como não passível de ser feita remotamente;
- cobrança do esquema vacinal e o fim do ponto eletrônico;
- que o retorno presencial das atividades das IFE só se dará após o atendimento dos seguintes pré-requisitos:
- A completa imunização (segunda dose) de toda comunidade universitária, e;
- Com a queda sustentada da curva epidêmica nacional, estadual e local, e;



- Adequação dos espaços físicos das IES atendendo às normas sanitárias de controle de contágio do Covid-19, e;
- Escalonamento do retorno seguindo os protocolos de saúde sobre os grupos de risco, e;
- Garantia, para toda comunidade, de equipamentos de proteção individual conforme orientado pela ANS;
- Reforçar a orientação de retorno ao trabalho presencial somente com todas as garantias sanitárias e fomentar as entidades de base a realizarem assembleia debatendo sobre o tema.

AÇÕES INTERNAS

- FASUBRA reforçar a luta contra a IN 65, realizando um trabalho de conscientização dos colegas, considerando os prejuízos individuais e coletivos desta IN;
- Proponho que a Fasubra faça uma campanha nacional de mobilização junto aos sindicatos e a ANDIFES pela eleição de Comissões Internas de Supervisão da Carreira em todas IFES da base da federação, pois as CIS são o instrumento de defesa dos direitos da categoria no que tange a carreira;
- Que a FASUBRA faça uma campanha nacional de mobilização junto aos sindicatos e a ANDIFES pela eleição de Comissões Internas de Supervisão da Carreira em todas IFES da base da federação, pois as CIS são o instrumento de defesa dos direitos da categoria no que tange a carreira;
- Que a FASUBRA promova campanha de orientação jurídica para que os sindicatos de base entrem na Justiça contra os efeitos do Decreto 10 620/21;
- Que a FASUBRA promova campanha de orientação jurídica para que os sindicatos de base entrem na Justiça contra os efeitos do Decreto 10 620/21;
- Que a FASUBRA faça todos os esforços possíveis para voltar a ter representação no CNS e na CONAES;
- Realizar Campanhas de esclarecimento sobre a IN 65 (teletrabalho), especialmente em relação aos riscos inerentes a adesão a esse regime de trabalho;
- Orientação a participação ativa dos sindicatos nas comissões permanentes de heteroidentificação das Ifes;
- Que a FASUBRA cobre das Universidades e da ANDIFES e desenvolva uma campanha a respeito da política afirmativa de cotas étnico-raciais, garantindo a reserva de vagas para concursos de servidores, seleção de pós-graduação e graduação, concessão de bolsas e políticas de permanência nas universidades;
- A FASUBRA deve fazer o debate do teletrabalho nas Ifes e elaborar uma consulta posterior ao seminário as bases sobre a posição sobre o teletrabalho nas Ifes;



- Organizar o seminário sobre HUs, para organizar a política contra a EBSERH;
- A FASUBRA debaterá entre outros:
 - a) contra a concretização da gestão plena da EBSERH;
 - b) contra a cessão compulsória e obrigatória para a gestão plena da EBSERH;
 - c) o concurso público, com pontuação com peso maior para trabalhadores da EBSERH, para recomposição do quadro efetivo (RJU) dos HUs;
 - d) a participação no Conselho Deliberativo da EBSERH para poder discutir e defender os direitos dos servidores enquanto a EBSERH não for extinta;
 - e) a defesa incondicional dos trabalhadores da EBSERH;
 - f) mobilizar a Categoria para a luta pela aprovação do PL do piso da enfermagem e a jornada de 30 horas vinculada ao piso.
- A FASUBRA deve fazer o debate das lutas contra a PECs 32,23 e decreto 10620;
- Atuar para barrar o Decreto 10620;
- Posicionar-se contrária ao ponto eletrônico como forma de controle de frequência e pontualidade dos servidores e defender a jornada de 30h para toda a categoria;
- solidarizar-se com a luta dos (as) técnico-administrativos (as) da UFPA, Unifesspa e outras universidades que hoje estão enfrentando propostas de resolução das Reitorias que visam implementar o ponto eletrônico e restringir o direito à jornada de 30 horas para os TAEs;
- realizar até a próxima plenária (adequar com o calendário) um seminário nacional de formação política sobre o tema do ponto eletrônico e da jornada de 30 horas nas universidades federais;
- Orientar as entidades de base a realização de AGs para o dia 24 de janeiro, dia dos(as) aposentados (as), com a seguinte pauta: Contra o Decreto 10620;

AÇÕES DIRETAS DA FASUBRA

- Incorporação de ferramentas de acessibilidade as mídias da FASUBRA e as Plenárias, com a implementação de um questionário no credenciamento para verificarmos as necessidades das bases.
- Reafirmar a realização de Encontros Regionais Presenciais, virtuais ou híbridos para aprofundarmos a luta em DEFESA da Democracia, Universidades e Sistema Federal de Ensino Público; e CONTRA a destruição dos serviços públicos e seus servidores, Reforma Administrativa PEC-32, a retirada de direitos dos trabalhadores, bem como conjuntura e



outros temas pertinentes;

- Seminário em fevereiro, nos dias 17 e 18 (a ser adequada no calendário de lutas), com o tema "Trabalho Remoto";
- Orientar as entidades a participarem do Fórum Social Mundial em Porto Alegre, em janeiro;
- Discutir uma nova campanha de solidariedade;

CALENDÁRIO:

- 24 de janeiro dia nacional de luta contra ao Decreto 10620, Seminário Nacional;
- 26 a 30 de janeiro de 2022, Fórum Social Mundial "JUSTIÇA E DEMOCRACIA", em Porto Alegre (RS)
- 17 e 18 de fevereiro pauta primeiro dia trabalho a distância e segundo dia campanha salarial;
- 11 e 12 de março plenária nacional da Fasubra

MOÇÕES APROVADAS:

- Nota de repúdio a inclusão de garimpeiros e pecuaristas como "povos tradicionais"
- A FASUBRA repudia a iniciativa do grupo de trabalho formado pelo Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, de pleitear a inclusão de garimpeiros e pecuaristas como "Povos Tradicionais". É sabido que esses grupos não têm nenhum vínculo com a terra a não ser o lucro e a destruição do meio ambiente. Tal iniciativa vilipendia o próprio conceito de "povos tradicionais", posto que esses são povos com fortes vínculos a terra, as tradições, os costumes e a cultura de seus povos, com intrínseco compromisso com o desenvolvimento sustentável e com a preservação do meio ambiente. Tal ação ainda é mais simbólica, por ocorrer no dia em que se comemorou o "Dia internacional dos Direitos Humanos", o que evidencia o descompromisso desse governo e o lado em que assume nas questões que envolvem os conflitos de terras, pois garimpeiros e pecuaristas são os maiores destruidores do meio ambiente, além de serem assassinos de indígenas, quilombolas, seringueiros, e outros povos realmente tradicionais.
- Moção de repúdio: a UFSM clama por democracia

Está encerrando em dezembro o segundo mandato de uma gestão na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) que foi eleita, inicialmente, com uma pauta progressista, mas que pautou sua ação pela falta de democracia e diálogo com a comunidade universitária e com as entidades representativas.

Entre as medidas tomadas pela gestão estão, por exemplo, a implantação do ponto biométrico para os TAEs e a criação de um estatuto disciplinar discente, com caráter abertamente



punitivo. Também foi criada uma estatuinte, já que o estatuto da UFSM ainda permanece o mesmo do período da ditadura civil-militar, mas o processo foi interrompido pela reitoria depois de meses de debates entre os delegados eleitos.

Ao longo desses últimos oito anos, não foram poucas as vezes em que a ASSUFSM e demais entidades representativas procuraram estabelecer canais de diálogo com a reitoria e não foram sequer ouvidas. Em outras tantas vezes, buscando parecer democrática, a gestão convidou nosso sindicato para debater temas relevantes, mas na prática, se limitou a informar sobre decisões já tomadas.

Nos últimos meses de gestão, o caráter autoritário da reitoria tomou proporções ainda maiores. Em plena pandemia de Covid-19, sem qualquer diálogo ou aviso, foi determinado o retorno de todos os servidores da universidade, que não possuía no momento sequer as condições sanitárias mínimas para garantir a saúde das trabalhadoras e dos trabalhadores. Inclusive, a portaria que obrigou o retorno incluiu até as pessoas de grupos de risco, sendo pior do que as normas de retorno ditadas por Bolsonaro.

Na esteira dos ataques aos TAEs, também foi retirada a flexibilização da jornada de trabalho na quase totalidade dos setores com atendimento ao público, e o horário de verão com jornada corrida de seis horas também foi cancelado. Por fim, a gestão tenta aprovar os cursos de pós-graduação pagos na UFSM e criar uma comissão para debater a Instrução Normativa 65, sobre o teletrabalho, com composição majoritária de indicados pela reitoria e uma única vaga para todas as entidades representativas.

Por todos os motivos citados acima, repudiamos a gestão da UFSM por seu caráter antidemocrático e autoritário, e reforçamos que a universidade que queremos – pública, gratuita e direcionada aos interesses da classe trabalhadora e do povo brasileiro – só pode ser construída coletivamente, através do diálogo e da democracia.

Moção de repúdio à aprovação da EBSERH na UFRJ.

Obs. As moções serão encaminhadas para análise do jurídico da federação e posteriormente encaminhadas.

FASUBRA COMPLETA 43 ANOS DE LUTA EM DEFESA DA EDUCAÇÃO

FASUBRA Sindical comemora 43 anos de lutas neste 19 de dezembro

A FASUBRA Sindical comemora 43 anos de existência neste domingo, 19 de dezembro. Nestas mais de quatro décadas, a Federação se fortaleceu como entidade combativa e se tornou referência na luta pelos direitos e valorização dos mais de 200 mil técnico-administrativos e técnico-administrativos em educação das Instituições de Ensino Superior (Universidades e Institutos Federais). A FASUBRA é reconhecida nacionalmente por sua luta por uma sociedade mais justa, igualitária, inclusiva e especialmente pelo direito de todas e todos ao acesso a uma educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada. Ao longo dos seus 43 anos, a FASUBRA Sindical deu exemplo de sua pluralidade, tendo à frente da Coordenação representantes de Mulheres, Negros, LGBTIs e sendo modelo às demais entidades sindicais nesse sentido.



O ano de 2021 foi um ano de muitas batalhas e a FASUBRA e suas entidades de base participaram ativamente de todas elas. As principais pautas foram as manifestações nacionais pelo FORA BOLSONARO que cresceram ao longo do ano, na mesma proporção que a queda de popularidade do governo. O presidente Bolsonaro atualmente conta com a pior avaliação desde o começo do seu mandato, com 55% de avaliações negativas, segundo Ipec (antigo Ibope). Outra luta que pautou o ano foi contra a aprovação da PEC 32 (Reforma Administrativa). Centrais e entidades sindicais das três esferas (municipal, estadual e federal), entre elas a Federação, construíram ações e diversos atos unificados. Foram 14 semanas de mobilizações e um resultado vitorioso, pois a PEC que pretende acabar com os serviços públicos sequer chegou a ser colocada em votação no plenário da Câmara dos Deputados.

O governo Bolsonaro já é considerado o pior da História, por conta das 617 mil mortes pela Covid-19, muitas das quais poderiam ter sido evitadas; a corrupção na compra e distribuição de vacinas; o desmonte do Estado, especialmente em áreas essenciais como educação e saúde; o ataque às instituições; a crise econômica, o aumento do desemprego que alcança 14 milhões de brasileiras e brasileiros e a volta da extrema pobreza em virtude da carestia. Além de conviver com a pandemia da Covid-19, que ainda não acabou, convivemos também com a pandemia da fome.

O enfrentamento aos consecutivos ataques à educação e à saúde (SUS) também marcou o ano. Somente em 2021 o governo fez um corte de R\$ 1 bilhão de recursos na educação. Os cortes vão afetar mais de 70 mil pesquisas, ameaça o fechamento de diversas instituições de ensino superior públicas no Brasil e demonstra que o governo é inimigo da educação. Além de outros ataques, Bolsonaro quer acabar com a autonomia, a pesquisa e a extensão dos Institutos Federais. Recentemente, a Federação e demais entidades classistas e estudantis da educação realizaram a "Semana em Defesa da Educação Pública e Contra os Cortes" para chamar atenção da população para esta realidade. A semana contou com lives, intervenções políticas, rodas de conversa, protestos e ações culturais. Outras campanhas e atos em defesa da educação foram realizados durante o ano.

Demais lutas que mobilizaram os trabalhadores e trabalhadoras e que a Federação atuou foram: o fortalecimento do SUS; vacinação para todas e todos; contra o negacionismo e o reconhecimento da ciência; a PEC 23 (calote nos precatórios) e outros projetos no Congresso Nacional, como o PL 5595/20, o piso da enfermagem e a indenização aos familiares de mortos pela Covid-19; a valorização dos profissionais dos Hospitais Universitários; contra o Decreto 10.620/21, que centraliza o gerenciamento das aposentadorias no INSS; o combate ao racismo e extermínio do povo negro; o combate ao aumento de casos de violência contra a mulher, feminicídios e a LGBTfobia; a proteção e cuidados aos idosos; em favor das camadas mais vulneráveis; contra o retorno presencial ao trabalho sem condições sanitárias adequadas; e contra todo tipo de preconceito e exclusão.

Entre as lutas da categoria para o próximo ano estão: intensificar os atos pelo "Fora Bolsonaro e Mourão"; a manutenção da luta contra a PEC 32; ampliar a mobilização da categoria em atos presenciais, nos municípios, estados e Distrito Federal, mantendo todas as medidas de segurança sanitária; a luta contra o Decreto 10.620/21; pela taxação das grandes fortunas; pelo fortalecimento do SUS e dos Hospitais Universitários; a campanha salarial; contra o retorno presencial sem os protocolos de segurança e com o monitoramento da saúde dos trabalhadores e estudantes; pelo passaporte vacinal; condições adequadas de trabalho e contra os cortes e desmonte da educação pública.

Mesmo em momentos difíceis, como o que vivemos, a Federação se esforçou para continuar buscando cumprir seu papel, sempre embasada em ações transformadoras. A FASUBRA chega ao final de 2021 comemorando suas conquistas do período, mas, principalmente, ampliando sua unidade e resistência aos sucessivos ataques do governo corrupto, fascista e genocida de Bolsonaro. A Federação uniu



forças com diversas entidades nacionais e estaduais, fóruns, movimentos sociais e parlamentares da oposição para derrotar a política de destruição da soberania do país e da retirada de direitos do povo brasileiro.

Fora Bolsonaro e Mourão!

Vida longa à FASUBRA Sindical!

Parabéns pelos seus 43 anos!

#ContraaPEC32, #contraoscortes, #EmdefesadaEducação, #enterraaPEC32, #ForaBolsonaroeMourão, #reformaadministrativanão

CALENDÁRIO	
DEZEMBRO	
17	Aniversário de 43 anos da FASUBRA SINDICAL
JANEIRO	
24	Dia dos aposentados - Dia nacional de luta contra ao Decreto 10620
29 e 30	Forum Social Mundial em Porto Alegre